



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(Gênero, família e políticas públicas)

“Triste, louca ou má”: Análise dos modos de nomeação de
mulheres usuárias do CAPS-AD

Ana Luiza Martins Ferroni Alves¹
Flávia Fernandes de Carvalhaes²

Resumo:

Essa pesquisa analisou os modos que as usuárias do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool Drogas são nomeadas a partir de imagens de controle associadas aos dispositivos materno e amoroso. A análise percorre, ainda, parte dos efeitos dessas nomeações nas relações terapêuticas estabelecidas no serviço. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre estudos de gênero e reforma psiquiátrica brasileira. Depois, a partir da autorização da instituição e do comitê de ética, ocorreu uma pesquisa participante, visando partilhar o conhecimento entre as participantes. Conclui-se a necessidade da escuta atenta às interseccionalidades que influenciam nas demandas de saúde mental das usuárias.

Palavras-chave: Mulheres; CAPS-AD; Imagens de controle; Dispositivo materno; Dispositivo amoroso;

Abstract:

This research analyzes the ways in which women drug users assisted at the Psychosocial Care Center - Alcohol and other drugs are daily named and name themselves based on images of control mediated to devices of love and maternity. The methodological outline of this investigation was organized, initially, from a bibliographic survey on the Scielo and PEPsic websites, as well as the reading of works by reference authors in the fields of Gender Studies and Psychiatric Reform. In a second moment, from the interlocution with the bias of the participant research, field work was carried out through experiences in activities developed in the day-to-day of the CAPS-AD, allowing the sharing of knowledge with women users of this service. It concludes by reiterating the importance of the intersectional debate on the gendering of psychic suffering in integrative health practices.

Keywords: Women; CAPS-AD; Control Images; Maternal device; Loving device

¹ Estudante de psicologia e pesquisadora pela Universidade Estadual de Londrina, ana.luiza.martins@uel.br

² Doutora, Psicóloga, professora adjunta do departamento de psicologia social e institucional da Universidade Estadual de Londrina, fcarvalhaes@uel.br



I – INTRODUÇÃO:

“Triste, louca ou má”. O título da canção de Francisco El Hombre (2016) retrata os modos como comumente mulheres são nomeadas quando transitam por territórios situados como desviantes. A partir dessa afirmação, analisamos nesta pesquisa modos com que mulheres usuárias de drogas atendidas no Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e outras drogas (CAPS-AD) de uma cidade do interior do Paraná são diariamente nomeadas (e se nomeiam) a partir de imagens de controle agenciadas aos dispositivos amoroso e materno. Essa problematização também situa parte dos efeitos dessas nomeações nas relações terapêuticas estabelecidas na instituição referida.

Elaborado por Patrícia Hill Collins (2019), o conceito “imagens de controle” se refere aos estereótipos que servem para justificar e operacionalizam o controle social de mulheres localizadas como marginais. Essas imagens formulam nexos que circulam na vida em sociedade, como o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e outras opressões estruturais que coexistem de modo interseccional. É através dessa noção conceitual que compreendemos mais profundamente como determinados estereótipos sustentam relações de poder, articuladas a marcadores de raça, classe, sexualidade, entre outros. Dessa forma, o processo de desnaturalização desses estereótipos produz modos de resistência a essas hierarquias, bem como na construção de um saber autodefinido de mulheres que se recusam a reproduzir esses imperativos em suas vidas.

Assim, situamos a sexualidade como um dispositivo, uma produção que reúne os “âmbitos discursivo e extradiscursivo, englobando enunciados, instituições, organizações arquitetônicas, leis, proposições filosóficas, medidas administrativas, produções científicas, etc” (MUCHAIL, 1985, p. 60). Ou seja, dispositivo é uma rede tecida entre o dito e o não-dito, o que no contexto do CAPS-AD pode se referir a vários pormenores: hipóteses diagnósticas, cochichos, comentários motivacionais, pitacos da família, relatos de triagem, ofícios encaminhados pelo judiciário, objetivos terapêuticos, etc. É através dessa cadeia heterogênea de elementos que a produção de saberes hegemônicos e subalternos se articulam – e se desestabilizam – como exercícios de poder em cada momento histórico. Nesse contexto, as imagens de controle que recaem sobre as usuárias do CAPS-AD são efeitos do sistema cisheteropatriarcal, que delega performances circunscritas nos dispositivos amoroso e materno, cunhando noções de mulheridade apresentadas como ideais ou não-desejáveis.

O traçado teórico desta investigação foi organizado por levantamento bibliográfico (SEVERINO, 2013) nos sites do *Scielo* e *PEPSIC*, mais especificamente em artigos científicos publicados de 2012 a 2022, a partir dos termos de busca “mulheres”, “Redução



de Danos” e “CAPS-AD”, além da leitura de referência de Estudos de Gênero e da Reforma Psiquiátrica brasileira. Essa etapa teve a função de compreender as produções científicas já existentes, bem como embasar o olhar crítico das pesquisadoras para o cotidiano do serviço, buscando entender melhor as propostas trazidas pela rede substitutiva de saúde mental bem como problematizar a relação entre o feminino e a loucura (PASSOS & PEREIRA, 2017).

Depois, a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UEL (parecer 5.798.826), ocorreu a entrada da pesquisadora em campo pela secretaria de saúde do município, a partir da interlocução com o viés metodológico da pesquisa participante (BRANDÃO & BORGES, 2007), a nossa participação nas atividades desenvolvidas no dia a dia do CAPS-AD, possibilitando a construção partilhada de saberes com as mulheres usuárias deste serviço.

O recorte de gênero nesta pesquisa se justifica, sobretudo, devido à escassez de pesquisas sobre mulheres e uso de drogas no Brasil (FÉLIX JUNIOR, 2020), o que também se tornou evidente no pouco material encontrado no processo de levantamento bibliográfico. Logo, considerando o marcador de gênero como uma categoria útil de análise (SCOTT, 2012), esta investigação pondera que as mulheres foram historicamente impedidas de exercer desejo para além das funções sociais tradicionais: mãe, esposa e cuidadora (FÉLIX JÚNIOR, 2020). Dessa forma, ao considerar o contexto do uso de drogas, o jugo que recai sobre muitas mulheres usuárias é o de transgredirem uma suposta natureza feminina, uma “inadequação” moral punida com o estigma da doença e, posteriormente, através das práticas manicomiais operadas até hoje nas instituições públicas e comunidades terapêuticas

Gostaríamos de enfatizar, contudo, a importância da análise interseccional nesta pesquisa, pois mulheres são constituídas no intercruzamento entre marcadores sociais de raça, classe, geracionais, corporais, entre outros, que implicam em experiências existenciais singulares. Historicamente, a gênese dos estudos interseccionais se deu através da autocompreensão de teóricas racializadas, que formularam operadores analíticos que elucidam múltiplas opressões que atravessam as vivências das mulheres negras (LIMA, 2017, p. 71).

II – DESENVOLVIMENTO:

Como serviço que compõe a rede de atenção psicossocial, o CAPS-AD se organiza a partir da oferta de atendimentos multiprofissionais, no qual processo terapêutico se articula a um paradigma psicossocial que deve considerar aspectos objetivos e subjetivos das mulheres atendidas, auxiliando na desconstrução de noções moralizantes e psiquiarizantes



em torno do próprio uso (CAMPOS, 2005). Nesse sentido, para estruturar uma prática de saúde mais integrativa, que se articula em concordância aos princípios de universalidade, integralidade e equidade promulgados pelo SUS, devemos considerar os/as cidadãos atendidos em sua complexidade sócio-histórica-cultural e a partir da afirmação da autonomia dos sujeitos.

Apesar disso, devemos ponderar que o cotidiano de trabalho no CAPS-AD é atravessado também por outros nexos reproduzidos na vida em sociedade, estabelecendo desafios para as equipes que mediam as terapêuticas. Nesta perspectiva, refletimos, mais especificamente, sobre a interferência de noções normativas de gênero nas práticas institucionais, bem como nas queixas e demandas das mulheres atendidas. Logo, consideramos, a partir do diálogo com Valeska Zanello (2016), os processos de generificação nos discursos e práticas que circulam no dia a dia do CAPS-AD, isso porque os julgamentos de muitas usuárias de si comumente se relacionam a ideais tradicionais de feminilidade e masculinidade.

Estando na instituição e dialogando com a definição de gênero formulada por Teresa de Lauretis (1984, p. 208), como “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, nos questionamos como as diferenças entre homens e mulheres são reproduzidas no sistema cisheteropatriarcal? De que modos os serviços que compõem a rede pública intersetorial operam para legitimar e/ou desestabilizar a ordem dos gêneros nas práticas institucionais? Assim, quando consideramos que exercer o cuidado – materno e/ou romântico – é um elemento identitário socialmente reforçado para a maior parte das mulheres (MEDEIROS & ZANELLO, 2018), não sendo demandado aos homens de forma proporcional, nos questionamos sobre efeitos dos marcadores de gênero nos processos de subjetivação, nos sintomas relatados por usuários e equipe do CAPS-AD e nas situações de vulnerabilidade presentes nas trajetórias das mulheres. Indagamos, então, sobre quais discursos – e silêncios – sustentam e/ou desestabilizam essas performances todos os dias?

Neste campo de disputas ideológicas presente nas instituições que compõem a rede pública intersetorial, que ora reafirmam e ora negam as normativas de gênero, a primeira informação que capturou a atenção ao adentrarmos no CAPS-AD foi um cartaz na recepção, incentivando a entrega voluntária dos filhos para adoção caso a mãe tivesse problemas com drogas. Desde lá, nos questionamos em que medida há, para além da proposta de reabilitação das questões das mulheres atendidas com as drogas, também uma expectativa de “reabilitação” de uma suposta natureza feminina. Nos perguntamos também acerca dos modos como essas mulheres são nomeadas na rede socioassistencial a partir do envolvimento com as drogas, tomando como referência a expectativa de cumprimento de determinadas performances de gênero socialmente incitadas.



Participando do dia a dia de trabalho do CAPS-AD, certas inquietações ficaram mais nítidas conforme fomos tendo acesso aos prontuários, ouvindo as demandas terapêuticas, acompanhando as triagens e compreendendo a estrutura de judicialização das usuárias, na qual grande maioria dos encaminhamentos e tratamento delas estão articulados pelo Ministério Público, Conselho Tutelar e/ou pela Vara da Infância e Juventude. Ou seja, é também a partir da imagem de mulheres desviantes de uma suposta essência feminina que parte delas adentram os serviços que compõem a rede socioassistencial e jurídica. Esse mecanismo se ilustra pela recorrência de ofícios de encaminhamento com conteúdos relativos a maternagem, assim como pela judicialização de gestantes usuárias, o que torna evidente que dificuldades de saúde coletiva são muitas vezes tratadas como questão de segurança pública, de modo que o Estado tenta obrigá-las a realizar um tratamento que, em teoria, deveria ser voluntário, compelindo à equipe do CAPS-AD a tarefa de efetivar a busca-ativa delas, situação que desestabiliza vínculos terapêuticos e é pouco efetiva no que se propõe.

Dentro desta conjuntura, chama a atenção as maneiras como determinadas nomeações direcionadas às usuárias influenciam num tipo de tratamento tutelado, cerceado ou circunscrito nas possibilidades de que futuramente elas reproduzam performances historicamente associadas às mulheres, ou seja, da boa mãe e da boa esposa. Em vista disso, enquanto grande parte dos homens usuários de drogas procuram tratamento para si, as mulheres recorrem e/ou são encaminhadas pelo judiciário ao CAPS-AD após “falharem” no cuidado dos outros, nomeadas muitas vezes como mães e/ou esposas insuficientes, sendo o êxito ou não do tratamento determinado muitas vezes pela efetivação desse zelo.

Destacamos, ainda, que a imensa maioria das mulheres atendidas no serviço são de classe popular, cerca de metade delas são pretas ou pardas, o que implica em um evidente processo de criminalização da pobreza. O que nos faz lembrar de uma frase que circulou na recepção do CAPS-AD acerca do julgamento de uma mulher pobre que teve oito filhos, incitando a possibilidade de esterilização compulsória. Queremos ressaltar, no entanto, que esta afirmação foi imediatamente rebatida pela psicóloga presente, o que ilustra como as instituições se configuram como campos de narrativas em disputa. Essa fala higienista nos coça porque exemplifica percepções naturalizadas e transmitidas cotidianamente nos serviços de forma não-oral. Quando Muchail (1985) pontuou o dispositivo enquanto aquilo que reúne o dito e o não-dito, ficamos inquietas na posição de pesquisadoras que tentam ao máximo exemplificar os dizeres, mas que ainda têm dificuldade de pontuar os silêncios, nos levando a pensar através de quantos mutismos sustentamos falas tão violentas.

Tais impressões e inquietações insistiram durante a participação nas atividades desenvolvidas no serviço, como, por exemplo, no dia que acompanhamos uma consulta com o psicólogo de referência da usuária Margarida (nome fictício). Ela, após um episódio



de recaída que culminou em conflitos familiares, enfatizou como era doloroso não poder proporcionar “*uma vida normal*” (sic) a sua filha, também afirmou que não bebia quando sabia que iria encontrar a criança e que esse era um dos seus principais alicerces no tratamento. Logo após, a entrevista de triagem de um homem percorreu sem nem mencionar o contexto familiar, até que ocorreu a iniciativa de perguntar sobre essa dimensão, o que gerou um certo estranhamento, pois a pergunta não parecia contextualizada aos objetivos terapêuticos, apesar do usuário ser pai. Após o episódio, indagamos ao psicólogo sobre a recorrência da menção à maternidade no atendimento de mulheres, enquanto a menção à paternidade já não se configurava tão presente nos atendimentos de homens. Em vista da recorrência desses assuntos em salas de triagem e nos modos como as mulheres atendidas se nomeiam, o psicólogo pontuou como uma das tarefas da equipe é auxiliá-las a deslocar o conteúdo de suas demandas – que é se recuperar para cuidar do outro, seja filho ou cônjuge – para o cerne da terapêutica que é o cuidado de si mesma. Assim, em correspondência a esse caso, Zanello (2016, p. 114) aponta que “a maternidade é uma questão identitária para as mulheres, de uma maneira que a paternidade geralmente não o é para os homens”.

Dentro desse bojo, ressaltamos que a análise dos efeitos dos dispositivos materno-amorosos (ZANELLO, 2016) nas trajetórias de mulheres usuárias do serviço se ilustra também através da falta, por isso consideramos nesta pesquisa não só as mulheres que comparecem frequentemente na instituição, como também aquelas que apresentam dificuldades em prosseguir com a terapêutica ou até aquelas que sequer chegam no CAPS-AD. Entre os obstáculos circunscritos para o acesso e permanência delas no espaço destacamos, por exemplo, a própria perspectiva da maternidade, pois quando se é a única responsável pela criança dificilmente a usuária conseguirá comparecer porque não existe local para deixá-las. Ademais, mulheres que sustentam a casa sozinhas, seja de regime autônomo ou contratual, não podem perder o dia de trabalho para se dedicar ao tratamento, culminando numa subnotificação dessas vivências dentro da instituição.

III – RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Uma manhã no CAPS-AD, enquanto sobrevoávamos a atenção sob os atravessamentos dos dispositivos materno-amorosos no cotidiano institucional, lemos o prontuário de uma usuária que estava ingressando numa Comunidade Terapêutica em 2013, sendo que uma das perguntas direcionadas a ela foi: “*Durante os 3 últimos meses, com que frequência o seu uso te impediu de fazer coisas que eram normalmente esperadas de você?*”. Imediatamente nos questionamos como as expectativas de cumprimento – ou



não – das performances de feminilidade são pautadas como analisadores nos tratamentos propostos. Indagamos, ainda, sobre a intersecção entre gênero, classe e raça quando se é mulher, não-branca, trabalhadora, fora do espectro da cisheteronormatividade, entre outras conexões, no que se refere em corresponder ou não com expectativas sociais que te delegam *lócus* de marginalidade.

Dialogando novamente com Zanello (2022), argumentamos que muitas vezes em nossa cultura a relação que mulheres estabelecem consigo mesmas é mediada também pelos olhares de homens, de forma que a aprovação de determinadas performances de feminilidade – o que inclui desde incorporar determinados ideais estéticos até corresponder às expectativas relativas à sexualidade e maternidade – além de perpassar o jugo desses, por vezes também é encarnado como algo supostamente natural, como um traço identitário. Por isso, uma parte significativa das mulheres aprendem, por exemplo, a se calar em função do bem-estar de seus parceiros, pelo medo de estarem sozinhas em uma perspectiva identitária que as afirma desde as dimensões afetivas e conjugais. Em correspondência a essa dinâmica, nos lembramos de algumas usuárias que manifestarem descontentamentos em seus casamentos, alguns dos quais a própria equipe tinha o conhecimento de que eram relações problemáticas, contudo, os desabaços eram quase sempre seguidos de comentários conformados e/ou até justificativas passionais. Em suma, o dispositivo amoroso implica em que parte das mulheres estejam à mercê de relações abusivas e que geram em acentuado sofrimento psíquico, sendo que estas comumente se amplificam no contexto do uso de drogas.

Entendemos que o imperativo da maternidade como construção social articula o feminino como “naturalmente” apto a gestação e aos cuidados dos filhos, e essa associação é uma das estratégias do capitalismo para restringir mulheres, brancas e de classes médias e altas, ao âmbito privado (ZANELLO, 2016). Neste cenário, é de suma importância reconhecer o papel dos ditos especialistas, incluindo as ciências psi, na reprodução e perpetuação de parte dos discursos ideológicos que atribuem às mulheres a responsabilidade pela educação e até “caráter” de seus filhos. A autora supracitada problematiza sobre processos normativos de circunscrição da mulher as funções maternas e domésticas, sendo tais âmbitos apresentadas como possibilidades do exercício da boa mãe e promessa de felicidade. Logo, “(...) não amar os filhos tornou-se um crime, uma aberração, a qual deveria ser evitada, ou sendo impossível, disfarçada” (p. 107).

Pontuar os dispositivo materno-amoroso nos processos de subjetivação de mulheres, implica na consideração de que estes não integram apenas uma verdade redigida sobre as pessoas, mas compõem, sobretudo, uma verdade sobre si mesmo na qual a mulher participa ativamente do processo de sua produção, ou seja, dispositivos são para além de normativos, constituintes (DE AMORIM MARCELLO, 2009). Queremos dizer com



isso que a importância que estes dispositivos assumem em suas vidas – e, conseqüentemente, nos seus penares – não é só imposta pelos outros, mas também incorporados nos modos como elas compreendem e nomeiam a si e a sua relação com as drogas, o que é evidente na recorrência de determinadas queixas das usuárias, bem como nas dificuldades em proporcionar uma terapêutica com objetivos emancipatórios de sua condição.

Uma das maiores reflexões suscitadas por essa experiência de pesquisa é que a partir do momento que o cuidado é interpretado como uma obrigação laboral – não remunerada – das mulheres, o saber científico, por vezes, se incumbe de uma função fiscalizadora das performances de maternidade consideradas legítimas ou não. Dessa forma, articular uma escuta generificada e crítica no contexto da política de saúde mental implica também em um comprometimento em ultrapassar posições normalizadoras, ouvindo desejos, dores, inquietações, que as usuárias trazem para o contexto dos atendimentos.

Assim, a análise interseccional remete à consideração das diferenças entre mulheres usuárias de drogas, sendo fundamental considerar marcadores raciais, de classe, entre outros, presentes em seu cotidiano e modos de subjetivação. Então reafirmamos, por fim, um compromisso ético de não universalizar o feminino, dialogando com teorizações feministas e antirracistas para compreender não apenas os aparatos de dominação e subordinação, mas também as potências de resistência e organização política que atingem a subjetividade de cada sujeito.

Dessa maneira, considerar as interseccionalizações presentes na construção da doença mental – e, conseqüentemente, da relação com drogas – não nega a validade desse sofrimento psicossocial, mas questiona estruturalmente o ultrapassado modelo biomédico que coisifica e objetifica a experiência humana, classificando os sujeitos baseado no jugo moral da época (Basaglia, 2005). Assim, Passos e Pereira (2017, p.38) analisam sobre a importância dos debates sobre gênero e condições materiais de vida como um modo de desestabilizar processos de despatologização das mulheres, bem como de contribuir no desenvolvimento de políticas e serviços mais atentos as particularidades delas.

Reiteramos, por fim, sobre a importância de considerar marcadores sociais de diferença nas leituras e intervenções articuladas por profissionais que atuam no cotidiano dos CAPS-AD, entre outros serviços da rede intersetorial. Considerar o sofrimento psíquico desde um viés interseccional, com o objetivo de situar modos como dinâmicas sociais, políticas, científicas e culturais operam para reprodução de perspectivas normativas de vida em sociedade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de educação popular**, v. 6, n. 1, 2007

CAMPOS, M. A. Drogas e uso de drogas: ressignificando conceitos no paradigma da redução de danos. Em: **M. Gonçalves; F. Carvalhaes & P. Cordeiro (Orgs). Cultura e subjetividade em tempos de Aids**. Londrina, PR: [s.n.]. p. 107–116.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

PATROCÍNIO, S. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Janeiro, RJ: Azougue Editorial, 2001.

FÉLIX JÚNIOR, C. M. **Um psicólogo na atenção em saúde de mulheres em uso abusivo de drogas: uma perspectiva etnográfica. (Dissertação de mestrado)**. [s.l: s.n.].

FRANCISCO, EL H. **Francisco, el Hombre - Triste, Louca ou Má (OFICIAL)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

LAURETIS, T. D. **Tecnologias de gênero: ensaios sobre a teoria, cinema e ficção**. [s.l.] Midland Book, 1987.

LIMA, F. Vidas pretas, processos de subjetivação e sofrimento psíquico: Sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. Em: PEREIRA, M. O. (Ed.). **RJ: Editora Autografia**. [s.l: s.n.]. p. 70–88.

DE AMORIM MARCELLO, F. SOBRE OS MODOS DE PRODUZIR SUJEITOS E PRÁTICAS NA CULTURA: o conceito de dispositivo em questão. **Currículo sem fronteiras**, p. 226–241, 2009.

DE MEDEIROS VALESKA ZANELLO, M. P. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, p. 384–403, 2018.

MUCHAIL, S. T. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. **Recordar Foucault**, v. 196–208, 1985.

PEREIRA, M.; DE, O.; PASSOS, R. G. Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para reforma psiquiátrica brasileira. Em: PEREIRA, M. O. (Ed.). **RJ: Editora Autografia**. [s.l: s.n.]. p. 70–88.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Av. Paulo Gama, s/no, prédio 12201,9º andar: Revista Educação & Realidade, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes: Cortez Editora, 2014.



STEVENS, C.; DE OLIVEIRA, S. R.; ZANELLO, V. **ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO: ARTICULAÇÕES E PERSPECTIVAS**. Rua Joe Collaço, 430 88035-200 Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2014.

ZANELLO, V.; PORTO, M. **ABORTO E (NÃO) DESEJO DE MATERNIDADE(S): questões para a Psicologia**. : SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília-DF: Conselho Federal de Psicologia, 2016.